

# Atos no rio e em Brasília marcam um ano dos assassinatos de Bruno Pereira e de Dom Phillips

## Impunidade marca mortes de defensores da Amazônia

Só casos de Chico Mendes e Dorothy Stang tiveram punição de todos envolvidos

PLANETA EM TRANSE

Roslene Carvalho

**MANAUS** O rito de assassinatos de defensores de direitos humanos e do meio ambiente na Amazônia é quase o mesmo há 40 anos em locais com vulnerabilidade econômica, crimes brutais são cometidos contra quem interfere nas relações sociais e, após as mortes, vem a impunidade. O caso do indígena brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, assassinados no Vale do Javari há um ano, apresenta semelhanças com outros crimes nas últimas décadas na região, destacam especialistas ouvidos pela Folha.

Bruno e Dom foram mortos a tiros, espancados e queimados em 6 de junho de 2022, por pescadores acusados de invasão à terra indígena. Um ano depois, os assassinos passaram a versão e alegam ter matado para se defender do indígena, que os ameaçava.

A defesa sustenta que indígenas e pescadores vivem em paz até Bruno intervir. Diz ainda que a primeira versão dos acusados foi extraída mediante tortura das polícias Militar e Federal no Amazonas.

O histórico de Bruno e de conflitos no Vale do Javari compõem essa versão. Dos assassinatos de grande repercussão nas últimas quatro décadas, apenas o do seringueiro Chico Mendes, em

1988, e o da missionária católica Dorothy Stang, em 2005, resultaram em punição de toda cadeia do crime, desde os mandantes até os executores. Ainda assim, amigos familiares de Chico Mendes e da irmã Dorothy acreditam que outros nomes envolvidos escaparam da Justiça.

Nos dois casos, houve processo internacional durante a investigação e o julgamento. Ambos atuaram na defesa de trabalhadores rurais e da floresta, respectivamente, em Xapuri (AC) e Arapuá (PA).

O procurador federal Felício Pontes, auxiliar da acusação no julgamento do assassinato de Dorothy Stang, afirma que há um padrão nos crimes de mando — o objetivo é comover o júri e ver o assassinato como algo sem premeditação, onde, na verdade, há premeditação. Para ele, essas alegações são feitas para proteger os mandantes.

“É para dizer que o status quo é legítimo, que as coisas estão boas do jeito que estão e quem se atreve a mudar acaba morrendo. É muito usado nos conflitos na Amazônia”, diz ele, que tem 25 anos de experiência jurídica na região.

O cenário é confirmado em relatório da ONG Global Witness de 2022 sobre violência rural. Nesse, o Brasil aparece como o país mais letal para defensores do meio ambiente.

De 2012 a 2021, foram 341 assassinatos, mais de 85 mil deles na Amazônia. Cerca de 50 mil

grupos mortos eram indígenas ou afrodescendentes.

Em 1988, o advogado do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá (PA), Gabriel Pimenta, foi assassinado com três tiros nas costas. No ano seguinte, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pela impunidade aos mandantes e assassinos. A sentença diz que o país tem graves falhas no sistema de Justiça.

Em 8 de dezembro de 1988, outro defensor de trabalhadores rurais em conflitos com fazendeiros, o deputado estadual Alfredo Batista (PSB) foi assassinado, em Belém.

Ele havia sido de uma sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e foi morto, em frente a esposa e filhos, na entrada do prédio em que morava. Os mandantes ficaram impunes. O crime ocorreu 14 dias antes do assassinato de Chico Mendes, no Acre.

“Desde ali, o poder político e econômico diz que foram mortos por se meterem numa área perigosa: defender trabalhadores rurais que sofriam até trabalho escravo”, afirma.

Antes, em junho de 1988, foi assassinado o seringueiro e braço direito de Chico Mendes, Ivair Higino. Na mesma região, em Brasília (AC), em

junho de 1988, o líder seringueiro Wilson Pinheiro foi morto com tiros nas costas durante reunião do sindicato de trabalhadores rurais.

O promotor do Ministério Público do Pará Edson Cardoso de Souza afirma que um dos obstáculos para vencer a impunidade é convencer o júri. O promotor atua há 20 anos na área criminal e foi o responsável pela acusação dos condenados no assassinato da missionária Dorothy.

Cardoso afirma que, em casos com indícios claros de autoria, a defesa assume o homicídio. Para ele, reconhecer o que não se pode negar viria ganhar de credibilidade com o júri e funciona no processo dos mandantes.

“O mandante é uma coisa muito abstrata. Convencer o júri é parte mais angustiante para evitar a impunidade. Por mais que o júri concorde que estão mortos é (que aqueles) são os autores, pode ocorrer uma absolvição. A defesa vai dizer: ‘Esse pessoal não é da região, não aceitava que derubasse uma árvore, que pescasse um peixe’”, diz Cardoso.

Para Felício Pontes, além da punição de mandantes e executores, esses crimes exigem presença efetiva do Estado em zonas impediadas com conflitos. “A morte do Bruno e Dom seria evitada se a Polícia o sistema de Justiça estivessem funcionando”, opina.

O procurador avalia também que, numa região com

riquezas naturais e ausência do Estado, prevalece a lei do mais forte e o valor da vida ganha outros contornos. O assassinato de Dorothy Stang custou R\$ 50 aos mandantes.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pelo Open Society Foundations.

### PF indícia mais dois suspeitos por mortes de Bruno e Dom

5 de junho. A Polícia Federal indiciou mais dois suspeitos pelos assassinatos do indígena Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, mortos há um ano, no dia 6 de junho de 2022, no Vale do Javari, no Amazonas. A informação foi divulgada pelo Twitter do órgão neste domingo (4).

Eles são Rubem Villar, o Colômbia, investigado como mandante do crime, e o pescador Jairo Freitas de Souza, Colômbia, acusado de liderar uma organização criminosa de pescadores na região da Terra Indígena Vale do Javari, na fronteira do Brasil com Peru e Colômbia. Ele foi preso em julho de 2022 por fraude ideológica.

Segundo as investigações, Jairo faz parte dessa organização, assim como Amarildo da Costa Oliveira, o Felôco, um dos réus do caso e que também está preso. Felôco e Jefferson da Silva Lima confessaram os assassinatos. O terceiro réu preso é Osney de Oliveira (o dos Sarros).

A Polícia deteve Colômbia e Pelôco na mesma cela durante um período e gravou uma conversa em que o primeiro teria pedido ao segundo para não revelar que era o responsável por fornecer a munição para matar Bruno e Dom.

Segundo a investigação, Bruno era monitorado pela organização criminosa.



Estivaram no Javari em 2022

### ATOS LEMBRAM UM ANO DO ASSASSINATO DE BRUNO E DOM

Familiares e amigos de Bruno Pereira e Dom Phillips realizaram nesta segunda (5) atos no Vale do Javari e em diversas cidades, incluindo Londres, para lembrar um ano dos assassinatos do indígena e do jornalista britânico no Amazonas.

O protesto na praia de Copacabana, no Rio (na foto), foi marcado por críticas diante da falta de proteção às terras indígenas.

Alessandra Sampaio, viúva de Dom, afirmou que os grupos investigados e denunciados pelo jornalista seguem em atividade na região, mesmo após investigações da PF.

Em Brasília, o presidente Lula disse que a dupla deveria estar na cerimônia do Dia Mundial do Meio Ambiente. “Bruno e Dom mereciam e deveriam estar aqui, neste momento em que eles teriam o governo brasileiro como aliado e não como inimigo”, se contrariou ao que aconteceu nos últimos quatro anos”, disse, em referência ao governo de Jair Bolsonaro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 2